

RISCOS E PERSPECTIVAS DA DIVISÃO
INTERNACIONAL DO TRABALHO

MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

30 *

PERSPECTIVES AND RISKS OF AN
INTERNATIONAL DIVISION OF LABOUR

* CADERNOS LIBERAIS: 30/86

MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - Professor do Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo - produziu este texto especialmente para o Seminário "INTERNATIONAL TRADE BETWEEN LIBERTY AND PROTECTIONISM", realizado em Hamburgo, nos dias 29 e 30 de setembro de 1986, e é aqui divulgado por iniciativa do

INSTITUTO TANCREDO NEVES,
República Federativa do Brasil, e

FUNDAÇÃO FRIEDRICH NAUMANN,
República Federal da Alemanha

Poucos temas na História das relações internacionais têm sido tão controvertidos como os padrões de comércio entre as nações. As discussões vêm ocorrendo desde que os meios de transporte tornaram as trocas comerciais de longa distância possíveis.

No início, as controvérsias tiveram origem nos problemas relacionados ao controle e monopólio das fontes de abastecimento e das rotas de transporte. Em seguida centraram-se nas disputas referentes a ganhos ou perdas internos relacionados com o comércio internacional, de um lado, e a concorrência de produtos importados, do outro; neste caso, todavia as questões comerciais estavam relacionadas com a opção que os países teriam que fazer - produzir internamente ou importar. Este ponto ainda é objeto de discussão, embora já venha sendo debatido há muito tempo, como o demonstram as sucessivas rodadas do GATT ("General Agreement on Trade and Tariffs").

Em épocas mais recentes, entretanto, esta questão vai alcançando níveis diferentes, que incluem não apenas a questão de produzir ou comprar no exterior, mas também os problemas mais complexos da dependência tecnológica e do direito - ou da possibilidade - de aprender a produzir. Este é um problema dinâmico, que se torna particularmente preocupante quando se trata de discussões sobre comércio entre países em estágios desiguais de desenvolvimento.

Se, no passado, as questões giravam em torno de ganhos e perdas de renda interna e de redistribuição

da renda - que, em princípio, podem ser corrigidos por mecanismos de compensação, na medida em que a renda global aumenta - agora elas envolvem problemas estruturais, como as relações de dependência entre nações, e conseqüentemente não passíveis de serem solucionadas pelos mesmos mecanismos potenciais de compensação.

Assim as discussões sobre os problemas e as políticas de comércio entre nações num mesmo nível de desenvolvimento econômico não criam as mesmas controvérsias como as que ocorrem entre países em estágios tecnológicos diferentes.

Esta é uma diferença fundamental, que deve ser levada em conta na análise dos padrões e políticas de comércio internacional.

A DOUTRINA CLÁSSICA DO COMÉRCIO

O paradigma da doutrina clássica do comércio diz que os países podem se beneficiar do comércio e da divisão internacional do trabalho. Esta é uma teoria do longo prazo, que atravessa o "véu monetário" e salienta o fato de que tanto as vantagens absolutas de custo quanto as comparativas, dão margem a possibilidades de comércio que potencialmente podem ser proveitosas para todos os parceiros; a especialização eleva o padrão de vida, tornando um número maior de bens e serviços disponíveis para o consumo.

Inicialmente, a idéia fundamental da vanta

gem comparativa se apoiava na hipótese de que as funções de produção eram diferentes de um país para outro; em sua formulação moderna - o modelo de Hecksher-Ohlin - salienta-se que, se as proporções dos fatores de produção disponíveis forem diferentes entre os países, isto seria o suficiente para tornar o comércio vantajoso.

Não se pode levantar qualquer objeção lógica contra este modelo de comércio. Ele requer, entretanto, que certas premissas sejam verdadeiras: concorrência perfeita, ausência de rigidez salarial e de preços, ausência de "reversão de intensidade dos fatores", retornos constantes de escala, ausência de externalidades e de outras formas de falhas do mercado (market failures). Se tudo isto for verdade, pode-se dizer com segurança que um país vai se beneficiar especializando-se na produção daquela mercadoria que utiliza com mais intensidade o fator disponível mais abundante (Teorema de Hecksher-Ohlin); além disso, o comércio pode substituir a mobilidade dos fatores, desde que seus preços sejam igualados entre os países (teorema de equalização dos preços dos fatores).

É possível demonstrar, também, que a direção do comércio vai depender dos preços-relativos de equilíbrio anteriores à abertura do comércio - e estes dependem das possibilidades de produção e das condições de demanda interna; além disso, as possibilidades de produção dependem também da tecnologia e da disponibilidade de fatores.

Presume-se, via de regra, que todas estas premissas estejam asseguradas e, por conseguinte, a idéia do li

vre-comércio é apresentada como um objetivo imediato, cuja execução requer apenas vontade política e bom senso.

Entretanto, a doutrina do livre-comércio pode ser desafiada em relação a suas próprias premissas básicas. Em termos estáticos, que caracterizam a estrutura principal da doutrina clássica do comércio, pode-se demonstrar que o livre-comércio, e a especialização, nem sempre representam a melhor alternativa para a economia de um país, especialmente se ele for "grande" e puder, por suas próprias ações, induzir uma mudança favorável em seus termos de intercâmbio. Embora o comércio possa levar a um aumento na disponibilidade mundial de bens e serviços, não há qualquer garantia de que os benefícios do comércio irão atingir todos os participantes. Dependendo dos termos de intercâmbio, os ganhos do comércio podem ser integralmente absorvidos por um dos países, deixando o outro, no que concerne o bem-estar social, na situação anterior ao início das trocas comerciais. Na verdade, o comércio pode até provocar uma situação pior do que antes dele.

Portanto, não basta mostrar que o comércio é capaz de aumentar o bem-estar global - é necessário igualmente mostrar que a distribuição dos ganhos vai beneficiar todos os parceiros, o que a teoria clássica do comércio não consegue fazer, mesmo partindo de suas próprias bases teóricas.

Em geral, tarifas de importação e outras formas de protecionismo diminuem o volume de comércio, e aumentam a produção interna da indústria protegida às expensas

dos produtos exportáveis. Levada ao extremo, a taxa^{ção} alfan^{deg}aria pode ser proibitiva, impedindo o comércio. Ele tam^bém redistribui renda em favor dos fatores utilizados de for^{ma} mais intensiva na ind^ústria protegida, às custas da prosperidade da economia como um todo (Teorema de Stolper-Samuel^{son}). Todos estes resultados são verdadeiros, desde que os postulados básicos da teoria econômica neoclássica sejam o^{bedecidos}, e que o país seja um tomador de preços no mercado internacional.

No caso de um país "grande", porém, as tarifas alfandegárias podem alterar os termos de intercâmbio, e aumentar seu bem-estar social. Para países "pequenos", a tarifa ótima é zero - mas isto não é necessariamente o caso num país "grande", que pode lucrar às custas de outros, mesmo que o bem-estar mundial diminua em consequência de sua política protecionista.

Como, porém, o comércio internacional ainda não é um jogo cooperativo, se é que alguma vez o será, pode, ocorrer retaliações que reduzem a produção mundial de mercadorias por meio de uma reversão da divisão internacional do trabalho, forçando uma alocação sub-ótima de bens entre os produtores e consumidores.

Os argumentos em favor do protecionismo ficam ainda mais poderosos quando se colocam em questão os postulados da teoria neo-clássica. Duas das mais importantes distorções - referentes à hipótese da concorrência perfeita - são as economias externas e os diferenciais nos preços dos

fatores. Podendo-se comprovar sua presença, é possível provar a necessidade de tarifas alfandegárias.

Rigidez nos preços e imobilidades dos fatores também podem justificar a adoção de uma política protecionista, afim de evitar o desempenho interno. Desta forma, nos termos da teoria estática, o "laissez-faire" é a melhor política para uma economia perfeitamente competitiva, sem a presença de monopólios vencedores ou compradores; é igualmente a política preferível para o mundo como um todo. Entretanto, para um país "grande" a melhor política pode ser alcançada por meio de tarifas adequadas.

Hã, portanto, atritos e distorções quanto às condições ideais, causadas pelos traços monopolísticos e oligopolísticos dos mercados, economias externas, rigidez nos preços e salários, falta de informação, etc. Considerando a questão do ponto de vista puramente econômico, cada uma delas pode revelar-se uma justificativa adequada para um desvio da política de livre-comércio.

Identificar as possíveis conseqüências de tais distorções econômicas é fácil. Mas é uma coisa totalmente diferente quando se trata de identificar estes fenômenos nos casos concretos, medir a freqüência com que ocorrem e suas possíveis conseqüências e, finalmente, indicar a política econômica correta para lidar com estes desvios.

A questão torna-se ainda mais complicada quando se aborda a teoria do comércio de um ponto de vista dinâmico. Como escreveu uma vez o Professor Edgeworth,

"um movimento ao longo de uma curva de oferta e procura de comércio internacional deve ser visto como ligado a rearranjos do comércio interno; da mesma forma que o movimento do ponteiro de um relógio corresponde a um número considerável de movimentos invisíveis no interior da máquina". Embora se refiram a mudanças na alocação interna de recursos causadas pelo comércio internacional, estas observações podem ser estendidas para incluir a teoria da indústria nascente que, de fato, é um caso de externalidade dinâmica. A essência desta discussão reside no fato de que todo movimento ao longo da curva de transformação induzido pelo comércio internacional vai causar um deslocamento para cima da própria curva. Isto pode ser considerado como uma aplicação ao comércio internacional do "aprender fazendo" ("learning-by-doing") de Arrow, em associação com outros efeitos dinâmicos, tais como o crescimento da oferta dos fatores e o progresso tecnológico.

Uma vez comprovada a existência de uma ligação causal entre a produção de bens e o progresso tecnológico - seja ela representada por uma maior eficiência dos fatores ou por um deslocamento da função de produção - o custo atualizado da proteção deve ser comparado com o valor presente dos benefícios futuros; se houver um ganho líquido, mais uma vez o protecionismo é a política correta. Conclui-se que o princípio da vantagem comparativa - e o princípio do livre comércio - é apenas uma teoria estática, que ignora inúmeros elementos dinâmicos.

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

A teoria do desenvolvimento preocupa-se com as interações entre consumidores, produtores e investidores ao longo do tempo. A ênfase desloca-se das considerações sobre o equilíbrio geral para uma sequência de caminhos de expansão da produção e do consumo. Conforme afirmações do Prof. Chenery sobre alocação de recursos, a teoria do desenvolvimento ou ignora completamente a vantagem comparativa, e as possibilidades oferecidas pelo comércio, ou leva sô em consideração seus aspectos dinâmicos, tais como o estímulo dado por um aumento das exportações ao desenvolvimento dos setores correlatos, ou então, o papel das importações como veículo para novos produtos e tecnologia avançada. Partindo deste ponto de vista diferente, os teóricos do crescimento muitas vezes sugerem critérios de investimento que são bastante divergentes daqueles derivados das considerações da vantagem comparativa.

O conflito entre a teoria do comércio e a teoria do desenvolvimento é devido à diferença entre as pressuposições básicas de cada modelo, e à inclusão, por uma das abordagens, de fenômenos que a outra exclui. A teoria do desenvolvimento assume ou, pelo menos dá particular atenção, algumas características básicas das economias subdesenvolvidas: os preços dos fatores não refletem adequadamente seu valor social, os fatores de produção podem sofrer modificações substanciais com o tempo - tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, muitas vezes como resultado do próprio processo de produção - além do fato de seus processos produtivos exibirem fre

quentemente economias de escala e vários tipos de externalidades tanto na produção como no consumo.

Tais constatações destruíram a simplicidade da teoria clássica do comércio e resultaram num forte argumento a favor do "crescimento equilibrado", em contraposição à divisão internacional do trabalho e à especialização. No que diz respeito à política econômica e à alocação de recursos, tornou-se necessário comparar padrões alternativos de crescimento, e regras simples como aquelas sugeridas pelo modelo de Heckscher-Ohlin já não servem mais.

Tem surgido uma vasta literatura relacionada com os efeitos dinâmicos dos padrões comerciais sobre o crescimento e desenvolvimento econômicos. Esta abordagem, feita geralmente em termos de análise histórica, procura explicar o processo de subdesenvolvimento em termos de dependência econômica resultante do comércio internacional, de especialização na produção e dos termos desiguais de intercâmbio entre os países.

De certa maneira, Adam Smith alertou contra os perigos do comércio internacional entre a "metrópole" e os países periféricos (esta terminologia não é dele). Textualmente, ele alertou quanto aos efeitos desagregadores que o comércio poderia exercer sobre as sociedades mais atrasadas, salientando que a desleal selvageria dos europeus transformou uma coisa que poderia ser vantajosa para todos (o comércio) em algo destrutivo para alguns dentre esses países desafortunados

(são seus os adjetivos).

Segundo os economistas da escola estruturalista, a difusão do livre-comércio era de interesse específico do setor industrial britânico. A doutrina não é uma verdade científica, como ficou provado, mas representava uma possibilidade concreta de comércio lucrativo. Depois de séculos de forte intervencionismo estatal nos padrões comerciais mundiais, os ingleses criaram condições nas quais seus interesses pessoais seriam melhor atendidos pela remoção das políticas protecionistas no resto do mundo; naturalmente, o setor de produção de manufaturados britânicos estava preparado para entrar em todos os mercados, aproveitando-se de seus poderes de virtual monopólio. Ainda segundo o mesmo ponto de vista, o livre-comércio nunca foi o resultado natural do "laissez-faire", mas exigiu o uso de uma considerável força política e militar para se sustentar; as nações que não conseguiram resistir à doutrina do livre-comércio tornaram-se vítimas do subdesenvolvimento, induzido pela especialização em produtos primários, como aconteceu na África, Ásia, América Latina e algumas partes da Europa. Aqueles que conseguiram resistir, como os EUA e a Alemanha, evoluíram para economias industriais maduras.

O Presidente Grant, dos EUA constatou com sarcasmo que, depois de dois séculos, os ingleses acharam conveniente adotar o livre-comércio porque o protecionismo não tinha mais nada para oferecer; e prosseguiu dizendo que, pelo que ele sabia, os EUA também iriam adotar o livre-comércio dois séculos mais tarde, depois de terem tirado toda a vantagem pos

sível da política protecionista.

De fato, as pesquisas realizadas na maioria dos países subdesenvolvidos da atualidade mostraram que os padrões comerciais impostos pelos poderes coloniais tiveram efeitos profundos sobre suas economias internas, tal como sugerido pelo Professor Edgeworth em sua referência ao movimento de um ponteiro de relógio e à máquina invisível em seu interior. A especialização na produção determinou as relações internas de produção - haja visto os sistemas de plantações ou os enclaves econômicos na América Latina -; e o intercâmbio desigual pelo qual era conduzido o comércio, servia de garantia de que os lucros resultantes favoreceriam os exportadores de produtos manufaturados. O grau de dependência dos países subdesenvolvidos em relação ao comércio internacional pode ser levado mais longe ainda, como eu mesmo expus na análise do caso brasileiro utilizando a "hipótese do produto principal" (Staple hypothesis), ao sugerir que os padrões de desenvolvimento dependeriam não somente de relações estruturais de produção mas também dos efeitos para frente, ou para trás, gerados pelos produtos exportados.

Resumindo, a relação entre comércio e crescimento favorece fortemente os países desenvolvidos, e os benefícios advindos do comércio e da especialização não são uma verdade científica, como se acreditava antes.

O LIVRE COMÉRCIO HOJE

Sendo impossível provar, quer em bases teóricas, quer empíricas, que o livre-comércio aumenta o bem estar social, por que ele continua sendo um dos mais fundamentais dogmas do mundo ocidental?

Em parte, por simples inércia; ou seja, por que é fácil continuar falando de alguma coisa que se supõe que todo mundo já conheça. Livre-comércio é uma espécie de senha que pode ser usada contra outras nações todas as vezes que interesses comerciais se chocam. Outra razão da imortalidade dos ideais do livre-comércio é o fato de poder usá-lo sempre que isto seja conveniente, sem ter realmente que se comportar de acordo.

As nações modernas estão se afastando continuamente do intervencionismo estatal doméstico; companhias controladas pelo Estado estão sendo vendidas ao setor privado e os ideais do sistema de iniciativa privada estão recuperando a respeitabilidade de outrora. Por toda parte, recomendam-se a abolição de regulamentações e as soluções de mercado em vez da mediação pelo Estado. Mas isto acontece principalmente quando se trata do mercado interno. A presença do Estado como negociador, mediador e retaliador parece ficar mais forte quando se trata de relações internacionais.

No fim do ano passado, havia no Congresso dos EUA cerca de quatrocentos projetos de lei referentes à

imposição de políticas protecionistas destinadas a reduzir o déficit comercial norte-americano. Houve países que foram induzidos a cortar voluntariamente suas exportações de produtos têxteis, automóveis e produtos eletrônicos. A Europa e o Japão também ergueram barreiras alfandegárias contra as importações, a fim de protegerem suas próprias indústrias; estima-se que, nos EUA e na Comunidade Econômica Européia, serão gastos este ano mais de quarenta e quatro bilhões de dólares em subsídios à agricultura. Faz pouco tempo que os EUA venderam cento e quarenta mil toneladas de açúcar à China a 4,75 centavos de dólar por libra (453,6g). O produto havia sido depositado na Corporação de Crédito Mercantil (órgão norte-americano conhecido como C.C.C.) e financiado pelo preço mínimo de 17 centavos de dólar por libra; no mercado internacional, o preço de setembro era de 6,30 centavos de dólar por libra. Negócios desse tipo são realizados frequentemente pelos países desenvolvidos, com consequências devastadoras para os exportadores de produtos primários do Terceiro Mundo.

O intervencionismo estatal tem aumentado também no sentido punitivo, através de fortes pressões exercidas sobre os países do Terceiro Mundo que ainda protegem seus setores terciários contra a concorrência estrangeira. Foi este o caso, por exemplo, nas reuniões que tiveram lugar recentemente no Uruguai, onde os países desenvolvidos tentaram forçar a inclusão das atividades bancárias, do software, seguros, navegação, auditoria e consultoria, empresas, construção civil e outros serviços - que, juntos, representam 25% do co-

mércio mundial de US\$ dois trilhões - na lista de produtos a serem regulamentados pelos acordos do GATT. Estes são setores que quase certamente não conseguiriam resistir à concorrência de países desenvolvidos, de modo que a produção das barreiras significaria o fim praticamente certo da produção local e sua substituição por importações ou pela entrada de grupos estrangeiros em seus mercados domésticos. Situação típica é aquela encontrada no Brasil, onde o mercado de alta tecnologia dos microcomputadores e computadores pessoais foi praticamente fechado às empresas estrangeiras, ao capital estrangeiro e à tecnologia estrangeira.

A discussão ultrapassa os limites da questão da indústria nascente. A proteção somente durante um período no qual a indústria nacional esteja aprendendo um determinado processo produtivo não é válida realmente no caso de produtos de alta tecnologia como os computadores. A verdadeira razão reside no fato de que a pesquisa e o desenvolvimento nessas indústrias alcançam bilhões de dólares anuais, tornando-as um segmento do mercado no qual sobreviver não significa produzir eficientemente um determinado item, mas sim lançar produtos novos, tecnologicamente mais sofisticados e tão frequentemente quanto possível. Dez anos atrás, a indústria de computadores norte-americana gastou US\$ 2 bilhões em pesquisa e desenvolvimento (a IBM sozinha gastou US\$ 1,1 bilhão). Esta quantia representa o total atual das vendas do mercado brasileiro de computadores. Nestas circunstâncias, como abrir o mercado à concorrência estrangeira sem inviabilizar inevitavelmente as empresas nacionais?

A decisão de fechar o mercado não somente aos produtos estrangeiros mas também ao capital estrangeiro ba seia-se na crença de que a transferência internacional da com binação capital-tecnologia pode acarretar elos permanentes de dependência administrativa e tecnológica e de que, numa in dústria tão dinâmica, nunca se consiga alcançar uma tecnolo gia e um controle da produção nacionais.

E todavia altamente improvável, por mais correto que esteja o raciocínio formal, que a produção interna alguma vez se equipare ã dos principais fabricantes estrangei ros, pelo menos enquanto esta indústria continuar incorporan do alta tecnologia. No interím, os fabricantes nacionais dos produtos tradicionais arriscam-se a perderem a competitividade nos mercados externos, devido ã impossibilidade de incorporar componentes de alta tecnologia em seus produtos ou por não terem ã disposição os modernos bens de capital dispo níveis em outros países.

Eis aí o caso de uma externalidade poderosa e extremamente dinâmica que a teoria clássica da vantagem comparativa não abrange. À medida que o mundo evolui para processos de produção mais sofisticados, o problema torna-se mais complexo. Os postulados básicos da doutrina do livre-comércio tenderão a perder sua validade e as tendências do comércio internacional passarão a ser, cada vez mais, um fe nômeno negociado. A teoria dos jogos pode muito em breve vir a ser mais útil nos processos de compreender e estabelecer os padrões comerciais do que a própria teoria econômica.

MERCADO INTERNO VERSUS MERCADO EXTERNO COM FONTES DE CRESCIMENTO NO BRASIL

O comércio internacional é mencionado frequentemente como "máquina de crescimento" para as economias em desenvolvimento. Assim, a remoção das barreiras comerciais serviria como um mecanismo de expansão da demanda efetiva para todas as nações.

No caso histórico do Brasil, de fato, o comércio internacional criou o impulso inicial para o desenvolvimento de um mercado interno. Mas tal cadeia de eventos somente ocorreu efetivamente durante o ciclo do café na segunda metade do século dezenove, ao passo que não se observou qualquer ligação entre comércio e desenvolvimento durante os ciclos precedentes. Além disso, em países com as dimensões do Brasil, o crescimento do mercado interno induzido pelas exportações tende a enfraquecer-se, chegando a um ponto em que a participação no comércio internacional pode perder importância como fonte de expansão tanto na produção como do nível de emprego.

No Brasil, o impulso das exportações como fonte de crescimento foi substituído, de 1930 até 1960, pela industrialização com fins de substituição das importações, e depois, pelo aumento da própria demanda interna. Em conjunto, o valor total das exportações e importações soma apenas 17% do PNB. Atualmente, mais de 75% do crescimento in

dustrial das empresas brasileiras de manufaturados são induzidos pelo mercado interno; o restante pode ser atribuído em partes praticamente iguais ao crescimento das exportações e a substituição de importações. O mesmo padrão básico pode ser observado quanto ao nível de emprego no setor industrial. A economia brasileira baseia-se em seu próprio mercado interno para sustentar seu crescimento.

Não se pode ignorar, todavia, a importância estratégica do comércio exterior. O petróleo, os bens de capital, matérias primas e trigo perfazem quase 95% do total das importações e há apenas alguns anos uma crise do balanço de pagamentos provocou uma recessão que levou quase quatro anos para ser superada. A capacidade de ajustamento da economia pode ser avaliada pelo fato de que o déficit da balança comercial de quase US\$ 3 bilhões em 1980 foi transformado num superávit de US\$ 6,5 bilhões em 1983 e de aproximadamente US\$ 12,5 bilhões em 1984, 1985 e provavelmente mais de US\$ 11 bilhões em 1986.

Atualmente, o balanço de pagamentos está equilibrado, mas a economia brasileira está exportando capital à razão de quase 4% do PNB por ano: 9,5 bilhões de dólares em serviço da dívida e 1,5 bilhão de dólares em remessa de lucros. Em decorrência disso, a poupança nacional baixou dramaticamente, de 27,4% do PNB em meados dos anos 70 para 16% no ano passado. A menos que se reduzam os fluxos de capital, o país não terá condições de investir o necessário para manter sua taxa histórica de crescimento de 7% ao ano.

E a tomada de consciência deste fato que está por trás dos atuais esforços para reduzir a saída de capitais e não mais que 2,5% do PNB ao ano. O Brasil precisa remover este obstáculo ao seu crescimento através da renegociação de sua dívida externa - US\$ 105 bilhões - e da redução do pagamento de juros por meio de cortes de taxas, comissões e "spreads". Somente a redução deste fluxo de capital permitirá ao Brasil abrir o seu mercado interno aos exportadores estrangeiros.

O comércio e a dívida tornaram-se questões intimamente relacionadas, uma vez que o Brasil somente poderá importar mais se conseguir reduzir os custos de sua dívida. Este ponto tornou-se uma questão que somente negociações capazes de atender aos interesses mútuos do Brasil e de seus parceiros comerciais podem resolver de maneira satisfatória.

Na realidade, os padrões de comércio internacional nunca estiveram distanciados da política, das negociações, da chamada "diplomacia econômica". A arte de conduzir negócios de estado sempre se utilizou de instrumentos econômicos e, segundo especialistas neste assunto, a regulamentação do comércio exterior tem sido utilizada como técnica diplomática ao longo de toda a História. Segundo David Baldwin, "o uso feito pelos americanos da política do comércio para construir uma ordem internacional baseada na liberalização não-discriminatória do comércio, no período de pois da Segunda Guerra Mundial, foi uma das mais bem sucedi

das tentativas de exercer influências utilizando instrumentos de política econômica jamais empreendidas". Corroborando este ponto de vista, Albert Hirschman demonstrou que o comércio internacional tem implicações políticas potenciais, "quer tenha lugar num sistema de livre comércio, quer de proteção, de comércio estatal ou de iniciativa privada, de cláusula de nação mais favorecida ou de tratamentos discriminatórios". Portanto, até mesmo a política comercial pode ser uma técnica de diplomacia econômica; o livre-comércio pode ser negado e o protecionismo adotado, legitimamente, como meio de implementá-la.

Não é minha intenção defender o protecionismo. Na realidade, estou tentando salientar que a doutrina do livre-comércio, quer dizer a ausência de controles e de regulamentações, levará inevitavelmente ao protecionismo de todos os tipos, tanto por parte dos que podem ganhar com isso, quanto por parte daqueles que irão tentar não perder. Em alguns casos, como evidenciado anteriormente, o livre-comércio é, do ponto de vista nacional, uma decisão política irracional.

Por outro lado, há ganhos potenciais a serem extraídos do comércio internacional. O único modo de torná-los reais é por meio de um processo negociado, no qual as distorções e falhas do mercado estejam plenamente compreendidas, de modo que estes ganhos possam ser distribuídos de forma justa, no interesse de todos os parceiros em todo o mundo.

PERSPECTIVES AND RISKS OF AN INTERNATIONAL

DIVISION OF LABOUR

Very few topics in the history of international relations have been so controversial as the patterns of trade between nations. Disputes have been occurring ever since the means of transportation made long distance exchanges possible.

In the beginning, controversy arised related to problems of control and monopoly over supply sources and over transportation routes. It evolved to disputes on trade-related internal welfare gains and losses, on one side, and competition from foreign products on the other; in this case, however, trade questions were related to an option which countries were supposed to make - to produce domestically which they were capable of, or to import. This question still maintains discussions alive, although it has been going on for a long time, as shown by the succeeding rounds of negotiations of the General Agreement on Trade and Tariffs.

More recently, however, this question reaches different grounds, which include not only the question of making or buying abroad, but also the more complicated issues of technological dependency and the right, or the possibility, to learn. This is a dynamic problem which becomes particularly worrisky when trade discussions arise between countries in unequal stages of development.

If before the issues involved domestic welfare gains and losses, and redistribution of income - which can, in principle, be corrected by compensation mechanisms if overall welfare is increased - they now involve structural questions such as relations of dependency across nations, and

so, not likely to be subject to the same potential compensation mechanisms.

As such, trade issues and policy discussions among nations on equal level or economic development do not raise the same controversies as those between countries in different stages of growth of technological development.

This is a fundamental difference which must be considered in the analysis of patterns and policies of international trade.

THE CLASSICAL DOCTRINE OF TRADE

The paradigm of the classical doctrine of trade says that the countries of the world can benefit from trade and from international division of labour. It is a long-run theory that penetrates the veil of money and stresses the fact that both absolute cost advantages or comparative cost advantages give rise to trade possibilities which potentially may benefit all partners; specialization increases the standard of living by making more goods and services available for consumption.

Initially, the basic idea of comparative advantage was in the assumption that production functions are different between countries; in its modern formulation, the Heckscher-Ohlin model it stresses that if factor proportions are different between countries that would be enough for trade to be profitable.

No logical objection can be raised against this trade model. It requires, however, that certain premises be true: perfect competition, no wage and price rigidities, no factor intensity reversals, constant returns to scale, no externalities or other forms of market failures. If this is all true, then, it can be safely said that a country will gain by specializing in the production of that commodity which uses more intensively the country's more abundant factor (the Heckscher-Ohlin Theorem); furthermore, trade can replace factor mobility since factor prices will be equalized between countries (the factor-price equalization theorem).

Also it can be shown that direction of trade will depend on pre-trade equilibrium price ratios - these depend on production possibilities and on internal demand conditions; also, production possibilities depend on technology and on factor availability.

All these assumptions are usually assumed to be true, and as a result, the idea of free-trades is presented as an immediate objective which only requires political will and common sense in order to be achieved.

The free-trade doctrine can be challenged in terms of its own basic assumptions. On static terms, which characterizes the main structure of the classical trade doctrine, it can be shown that free-trade and specialization is not always the best policy for a national economy, especially in the case of a large country which, by its own actions, can induce a favourable change in its terms of trade. Although trade may lead to an increase in the world availability of goods and

services, there is no way to guarantee that the benefits from trade will accrue to all participants. Depending on the terms of trade, the gains from exchange may be totally absorbed by one country, leaving the other in the same situation, in terms of social welfare, as before trade started. As a matter of fact, trade may even make a country worse-off than the pre-trade situation.

Thus, it is not enough to show that trade is capable of increasing world welfare - it is also necessary to show that the distribution of these gains will benefit all partners, and this, the classical trade theory is not capable of doing, even on its own theoretical foundations.

In general, tariffs and other forms of protectionism decrease the volume of trade and increase domestic production of the protected industry, at the expense of exportables. In the limit, a tariff can be prohibitive, impeding trade. Also, it redistributes income in favour of factors used intensively in the protected industry, at the expense of the welfare of the economy as a whole (the Stolper-Samuelson theorem). These results are all true if the basic postulates of neo-classical economic theory are satisfied, and if the country is a price-taker in international trade.

In the case of a large country, however, tariffs may improve terms of trade and increase its social welfare. For a small country, the optimum tariff is zero - but this is not necessarily so for a large country, which may gain at the expense of others, even if the world's welfare decreases as a result of its protectionist policies.

Since, however, international trade cannot yet be shown to be a cooperative game, if it ever will be, retaliation may occur, reducing world output of commodities by reversing the international division of labour and forcing the suboptimal allocation of commodities among consumers.

Arguments for protectionism become even more powerful if the postulates of neo-classical theory are questioned. Two of the most important distortions - with regard to perfect competition - are external economies and factor-price differentials. If they can be shown to be present, then it can be shown that tariffs are called for.

Price rigidities and factor imobility can also justify the adoption of protectionist policies in order to avoid domestic unemployment. Thus, in terms of static theory, laissez-faire is the first best policy for a perfectly competitive economy with no monopoly-monopsony power; it is also a first best policy for the world as a whole. However, for a large country the best policy can be attained by means of the optimal tariff.

Thus, there are frictions and distortions, with regard to the ideal conditions, caused by monopolistic and oligopolistic traits in the market functioning, external economies and diseconomies, price and wage rigidities, lack of information, etc. Each one of them may turn out to be a proper justification for deviations from free-trade policies, considering the question from a purely economic viewpoint.

To identify the possible consequences of such economic distortions is an easy thing to do. But quite another

matter is to identify these cases in concrete instances, measure its frequency of occurrence and its possible consequences, and finally to prescribe the correct economic policy to cope with these deviations.

The question becomes even more complicated if trade theory is approached from a dynamic standpoint. As Prof. Edgeworth once wrote, referring to foreign trade curves "a movement along a supply-and-demand curve of international trade should be considered as attended with rearrangements of internal trade; as the movement of the hand of a clock corresponds to considerable unseen movements of the machinery". Although referring to internal resource allocation changes caused by international trade, these remarks can be extended to include the theory of the infant-industry - in effect a case of dynamic externality. The essence of this argument rests in the fact that a movement along the transformation curve caused by trade possibilities will cause an outward shift of the curve itself. It can be considered as an international trade application of Arrow's "learning-by-doing", coupled with other dynamic effects such as factor endowment growth and technological progress.

If the link between goods production and technological progress is proven to exist - be it increased factor efficiency or an outward shift of the production function induced by a new input mix - then the present costs of protection must be compared to the discounted flow of future benefits; if there is a net gain, once again protectionism is the correct policy. Thus, the chief criticism is that comparative advantage is mainly a static theory, which ignores a variety of dynamic

elements.

TRADE AND GROWTH

Growth theory is concerned with the interactions over time among consumers, producers and investors. The emphasis is shifted from general equilibrium considerations to a sequence of expansion paths of production and consumption. As stated by Prof. Chenery in analysing resource allocation, growth theory either ignores comparative advantage and the possibilities of trade completely, or it considers mainly the dynamic aspects such as the stimulus that an increase in exports provide to the development of related sectors, or the function of imports as a carrier of new product and advanced technology. With this different point of view, growth theorists often suggest investment criteria that are quite contradictory to those derived from considerations of comparative advantage.

The conflict between trade theory and growth theory are due to differences in assumptions or to the inclusion of factors, in one approach, that are excluded from the other. Growth theory goes on to assume, or at least to give explicit attention, to a few basic characteristics of underdeveloped economies: factor prices do not adequately reflect their social valuation, factors of production may change substantially over time both in terms of quantity and quality often as a result of the production process itself, and their production processes frequently show economies of scale and various types of externalities

in production and in consumption.

Such findings have destroyed the simplicity of classical trade doctrine and have resulted in a strong argument for "balanced growth", as opposed to international division of labour and specialization. In terms of economic policy and resource allocation it becomes necessary to compare alternative patterns of growth, rather than isolated sectors - easy rules such as those suggested by the Heckscher-Ohlin model no longer apply.

A large literature has developed related to the dynamic effects of trade patterns on economic growth and development. This approach, usually carried out in terms of historical analysis, tries to explain the process of under-development in terms of economic dependence resulting from international trade, from specialization in production and from unequal terms of exchange between countries.

Adam Smith, somehow warned about the dangers of international trade between "metropolis" and the peripheral countries (this was not his own terminology). He literally warned about the disruptive effects which trade could have on backward societies, pointing out that the unfair savagery of the Europeans turned something which could be beneficial for all (trade) into something destructive for some of those unfortunate countries.

According to economists belonging to the structuralist school, free-trade was something that was in the interest of the British industrial sector. It is not a scientific truth, as they succeeded in proving, but represented a concrete

possibility of lucrative trade. After centuries of strong state interventionism in world trade patterns, the British created conditions under which their particular interests could be best served by the removal of protectionist policies around the world; of course, the British manufacturing sector was prepared to enter into all markets, profiting from virtual monopoly powers. Also, according to this point of view, free-trade was never the smooth result of laissez-faire, but required the use of considerable political and military strength in order to be enforced. The nations that could not resist to the free-trade doctrine fell victims to underdevelopment induced by specialization in primary products, as happened in Africa, Asia, Latin America and some parts of Europe. Those that could resist it, as the US and Germany developed into mature industrial economies. President Grant of the US has sarcastically stated that after two centuries the British found convenient to adopt free-trade because protectionism had nothing left to offer. And he went on to say that, as far as he knew, the US would also adopt free-trade two centuries later, after it had taken all the benefits possible out of protectionist policies.

Indeed, the research carried out in most underdeveloped countries of today showed that the trade patterns imposed by the colonial powers had lasting effect on their internal economy, as suggested by Prof. Edgeworth's reference to the movement of the hand of a clock and of the unseen movement of the machinery inside. Specialization in production influenced deeply the internal relations of production - remember the plantation systems or the enclave economies in Latin America-and

the unequal exchange with regulated trade served as a guarantee that benefits from trade would be unequally distributed in favour of the exporters of manufactures. The degree of dependence of underdeveloped countries on international trade could be pushed even further, as I have done myself in analysing the Brazilian case using the "staple hypothesis" framework, and suggesting that development patterns would depend not only on structural relations of production but also on the linkages generated by specific staples, or products.

Summing up, the relations between growth and trade are claimed to be strongly biased in favour of the developed countries, and the benefits from trade and specialization are not a scientific truth.

FREE-TRADE TODAY

If neither on theoretical nor on empirical grounds free-trade can be proven to improve social welfare, why is it still one of the most fundamental dogmas of the so called free-world?

In part because of simple inertia; that is because it is easy to keep talking about something that everybody is supposed to know already. Free-trade is a sort of a code-word that can be used against other nations every time that one's commercial interests are hurt by somebody else's. Another reason for the immortality of free-trade ideals is that you can use it whenever it is convenient without really having to behave accordingly.

Modern nations of the western world are steadily taking a swing away from state interventionism at home; state-owned companies are being sold off to the private sector and the ideals of the private enterprise system are regaining its former respectability. Most places, deregulation and market solutions are recommended instead of state mediation. But this is happening mostly when it comes to the internal market. The presence of the state as a negociator, as a mediator and as a retaliator seems to be growing stronger when it comes to international relations.

At the end of last year there were approximately 400 legislative projects in the US Congress imposing protectionist policies aimed at cutting down the north-american trade deficit. Countries have been induced to impose voluntary trade cuts in products such as textiles, automobiles and electronics. Europe and Japan also have raised barriers against imports to protect their home industries; in the US and in the European Commom Market it is estimated that more than US\$ 44 billion will be spent this year on agricultural subsidies. Only recently, the US sold 140 thousand metric tons of sugar to China at a price of 4.75 cents per pound. The product was deposited at the Commodity Credit Corporation and financed at the minimum price of 17 cents per pound; in the international market the September price was 6.30 cents per pound. Such deals are frequently carried out by the developed countries, with devastating consequences for the primary products exporters of the Third World.

But state interventionism has also been growing in a punitive way, with strong pressures being levied

against third-world countries that still protect their tertiary sector against foreign competition. This is the case, for instance, in the recent meetings in Uruguay where developed countries forcefully tried to include banking, software, insurance, shipping, auditing and business consulting, construction and other services - which together represent 25% of the US\$ 2 trillion world trade - in the list of products to be regulated by the rules of the General Agreement on Tariffs and Trade. These are sectors which most certainly would not be able to stand direct competition from developed nations, and a removal of barriers would most certainly mean the end of domestic production and their replacement by imports or by the entry of foreign concerns in their home market.

A typical situation is found in Brazil where the high-technology market for micro and personal computers are simply closed to foreign firms, to foreign capital, and to foreign technology.

The argument goes beyond the infant-industry argument. Protection during a period in which the national industry learns a certain process is not really valid in high-technology products such as computers. The reason is in the fact that research and development in such industries reach billions of dollars a year making them a market segment where survival does not mean producing a certain item efficiently, but rather, launching new products, technologically more sophisticated as frequently as possible. Ten years ago the computer industry in the US spent US\$ 2 billion on research and development (IBM alone spent US\$ 1.1 billion). This figure amounts to present total sales of the

Brazilian computer market. In such circumstances, how to open up the market to foreign competition without inevitably killing the domestic firms?

The decision to close the market to foreign capital in addition to foreign products is based on the belief that international transfer of a capital-technology combination may induce permanent links of managerial and technological dependency, and that in such dynamic industry, native technology and control over production processes may never be attained.

It is highly unlikely, however, no matter how correct the formal reasoning may be, that domestic production will ever catch-up with the main foreign producers, at least while that industry continues to incorporate high technology. In the meantime, domestic producers of traditional products may even risk losing competitiveness in foreign markets due to the impossibility of incorporating high-technology components in their products or, may not have available to them, modern capital goods such as those available abroad.

This is a case of strong and extremely dynamic externality which classical comparative advantage theory does not capture. As the world evolves into more sophisticated production processes the problem will be compounded. The basic postulates of free-trade doctrine will tend to be an increasingly negotiated phenomenon. Game theory may soon become more useful in the process of understanding and setting patterns of trade than economic theory.

INTERNAL VERSUS EXTERNAL MARKETS AS SOURCES OF GROWTH IN BRAZIL

International trade has frequently been mentioned as an "engine of growth" for the developing economies. So, the removal of trade barriers across the world would serve as a mechanism for transferring demand across all nations.

In the specific case of Brazil I have shown that international trade has indeed created the initial momentum for the development of an internal market. But such chain of events only happened effectively during the coffee cycle of primary exports, in the second half of the 19th century, while development linkages were not observed during the previous cycles. Furthermore, for large countries like Brazil, growth of the internal market induced by exports tends to become weaker as the process continues, reaching a point where, eventually, engagement in international trade loses importance, both as a source of growth of production and of employment. Historically, in Brazil, the export drive was replaced, from 1930 to 1960 by import substitution industrialization as a source of growth and, finally, by the growth of the internal demand itself.

Together, the total value of exports and imports amount to only 17% of G.N.P. Presently, over 75% of the industrial growth of Brazilian manufactures are induced by the internal market; the remaining can be almost equally traced to growth of exports and of import substitution. Basically the same pattern can be observed in employment in the industrial sector. The Brazilian economy relies on its own internal market for sustaining its growth.

However, the strategic importance that external trade has on internal growth cannot be ignored. Oil, capital goods, raw material and wheat account for almost 95% of total imports and only a few years ago a balance of payments crisis caused a recession which lasted almost four years to be overcome. The capacity of the economy to adjust can be evaluated by the fact that the trade balance deficit of almost US\$ 3 billion in 1980 was turned into a surplus of US\$ 6.5 billion in 1983 and approximately US\$ 12.5 billion in 1984, 1985 and probably also in 1986.

At present, the balance of payments is in equilibrium, but the Brazilian economy is exporting capital at a rate of almost 5% of its G.N.P. a year: US\$ 9.5 billion in debt service and US\$ 1.5 billion in profit remittances.

As a result, national savings has fallen dramatically, from almost 27.4% of G.N.P. in the middle of the 70's, to 16% last year. Unless capital flows are reduced, the country will not be able to invest what is needed to sustain its historical rate of growth of 7% a year.

The realization of this shortcoming is behind the current efforts to reduce capital outflows to not more than 2.5% of G.N.P. a year. Brazil needs to remove this obstacle to growth, by rescheduling the principal payments of its external debt - US\$ 105 billion - and by reducing interest payments through cuts in fees, commissions and spreads. Only by cutting on such capital outflows Brazil will be able to promote the opening up of its internal market to foreign exporters.

Trade and debt became intimately related

issues, since Brazil can import more only if it reduces the cost of carrying in debt. This trade-off became a issue which only negotiations, which attend to the mutual interests of Brazil and the trading partners can resolve in a satisfactory way. Actually, trade patterns between nations have never been distant from politics, from negotiation, from the so called "economic statecraft". The art of conducting state affairs has always used economic weapons, and according to experts in this field, regulation of foreign trade has been used as techniques of statecraft throughout history. According to David Baldwin, "the American use of trade policy to construct an international order based on nondiscriminatory trade liberalization in the period after World War II was one of the most successful influence attempts using economic policy instruments ever undertaken". Corroborating this view, Albert Hirschmann demonstrated that international trade has potential political implications "whether it takes place under a system of free-trade or protection, of state trading or private enterprise, of most-favoured-nation clause or of discriminating treatments". Thus, even free-trade policy can be a technique of economic statecraft; by the same token, free-trade can be denied and protectionism can be adopted, legitimately, as means of economic statecraft.

It is not my intent to argue for protectionism. Rather, I am trying to point out that free-trade doctrine, meaning by that the absence of controls and regulations, will inevitably lead to protectionism of all sorts both by nations which can gain from it, and by those that will try to avoid loosing by it. In some cases, as pointed out before, free - trade

is an irrational policy decision from a national point of view.

On the other hand, there are potential gains to be reaped from international trade. The only way to make them real is through a negotiated process, where distortions and market failures are fully understood, so that those gains can be distributed with justice, in the interest of all partners across the world.

september, 1986

BIBLIOGRAPHY

- ALBUQUERQUE, M.C.C. - Quatro Séculos de História Econômica Brasileira. McGraw Hill, São Paulo, 1977.
- AFONSO, T. - Comércio Externo e Crescimento, Análise e Conjuntura. v. 1, nº 1, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1986.
- BALDWIN, D. - Economic Statecraft. Princeton University Press, 1985.
- BURKE, J.G., EAKIN, M.C. (eds). Technology and Change. Boyd and Fraser Publishing Co., San Francisco, 1979.
- CHACHOLIADES, M. Principles of International Economics. McGraw Hill, 1981.
- CHENERY, H. "Comparative Advantage and Development Policy. American Economic Review, March, 1961.
- FRANK, A.G. Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento - Repensando a Teoria da Dependência. Editora Brasiliense, São Paulo, 1980.
- GAMBETA, W.R. Ciência e Indústria Farmacêutica. São Paulo Primeira República. Estudos Econômicos, IPE/USP, volume 12, nº 3, São Paulo, 1982.
- HABERLER, G. Some Problems in the Pure Theory of International Trade. The Economic Journal, June, 1950.
- MOURA CASTRO, C. É possível uma Tecnologia Made in Brazil? Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 14, nº 3, December, 1984.
- TABAK, F. (ed). Dependência Tecnológica e Desenvolvimento Nacional. Pallas Editora e Distribuidora, Rio de Janeiro, 1975.

A série CADERNOS LIBERAIS divulgou os seguintes textos de análise e estudos:

1. OLAVO SETUBAL - O LIBERALISMO E OS DESAFIOS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO
2. DANTE GIADONE - O LIBERALISMO E A UNIÃO CÍVICA RADICAL DA ARGENTINA
3. MARCO MACIEL - A PROPOSTA LIBERAL PARA O PAÍS DE NOSSOS DIAS
4. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - CARGA TRIBUTÁRIA E SEU IMPACTO NA ECONOMIA
5. CLÁUDIO LEMBO - BRASIL: RETROSPECTIVA E PROJEÇÃO
6. OLAVO SETUBAL - O ITAMARATY E SEUS CRÍTICOS *
7. LÚCIO ALCÂNTARA-ULRICH N.GÜNTHER - LIBERALISMO E CONSTITUINTE-PALAVRAS PRELIMINARES
8. VICENTE BARRETTO - UMA PROPOSTA DO LIBERALISMO SOCIAL
9. RAINER FUNKE-LIMITES CONSTITUCIONAIS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA *
10. RONALDO POLETTI - LIBERALISMO E A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PROPRIEDADE *
11. JORGE BORNHAUSEN - O PARLAMENTARISMO
12. ULRICH N.GÜNTHER-CLÁUDIO LEMBO - O FUTURO DA LIBERDADE - PALAVRAS PRELIMINARES E PALAVRAS DE ENCERRAMENTO
13. HENRY MAKSOUD - O FUTURO DA LIBERDADE E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA
14. CLÁUDIO LEMBO - O LIBERALISMO E A DEFESA DA DEMOCRACIA *
15. MARTIN BANGEMANN - PROTECIONISMO E ECONOMIA DE MERCADO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL
16. JOSÉ EDUARDO FARIA - MITOS E CONFLITOS: OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
17. RALF DAHRENDORF - LIBERALISMO RADICAL
18. RONALDO POLETTI - ESTADO, ECONOMIA E LIBERDADE
19. VICENTE BARRETTO - QUAL CONSTITUIÇÃO LIBERAL ?
20. CARLOS ALBERTO GONZALEZ - EL FUTURO DE LA LIBERTAD EN EL PARAGUAY
21. JOSÉ EDUARDO FARIA - A NEW APPROACH TO HUMAN RIGHTS
22. NORBERT MANN - DO FIRME CAMINHAR DEMOCRÁTICO SOBRE DUAS PERNAS
23. WERNER KALTENFLEITER - O PARLAMENTO - EDIFÍCIO OU INSTITUIÇÃO POLÍTICA
24. GERHARD RAICHLE - PARLAMENTARISMO, DIVISÃO DE PODERES E O PAPEL DOS DELEGADOS
25. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA
26. ANTONIO AMBRÓSIO AMARO - QUESTÃO AGRÁRIA E AGROINDÚSTRIA
27. AURÉLIO WANDER BASTOS - O PODER JUDICIÁRIO E AS MODERNAS TENDÊNCIAS DO MODELO POLÍTICO BRASILEIRO
28. LÚCIO ALCÂNTARA - DIREITO À SAÚDE: CIDADANIA E ESTADO
29. MÔNICA HERMAN SALEM CAGGIANO - AÇÕES COLETIVAS E REPARAÇÃO DE DANO AO MEIO AMBIENTE
30. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - RISCOS E PERSPECTIVAS DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (EDIÇÃO BILÍNGUE: PORTUGUÊS E INGLÊS)

